

MOÇÃO 034/2017

Apresento á Mesa, ouvido o Plenário e dispensado as formalidades regimentais (Art. 118 do RI), Moção de apoio à “CARTA ABERTA EM DEFESA DAS USINAS DA CEMIG”, que postula a renovação das concessões das Usinas de São Simão, Jaguará e Miranda.

É inadmissível que o Governo Federal por motivos inconfessáveis quebre de forma unilateral os Contratos assinados, lesando além dos mineiros, os inúmeros investidores que aportavam recursos na Companhia.

Acompanha presente moção o inteiro teor da referida Carta.

Que se dê conhecimento à Presidência da República, bem como o Ministério de Minas e Energia.

Câmara Municipal de Ferros, 21 de agosto de 2017

Vereador Carlos Elisio de Oliveira.

Carta Aberta em defesa das usinas da Cemig

Nós, signatários desta carta, estamos unidos no propósito de defender o patrimônio de Minas Gerais e de mostrar ao Governo Federal que a solução negociada para a renovação das concessões das Usinas de São Simão, Jaguará e Miranda é o melhor caminho para todos, como tem tentado fazer a Cemig.

Em 1997, a Companhia Energética de Minas Gerais (Cemig) firmou com o Governo Federal o Contrato de Concessão de Geração 007/1997. Após uma longa negociação, foi incluída a garantia de que, findo o prazo de vigência do primeiro termo das concessões e cumpridos os requisitos de adequada operação e manutenção e os prazos para requerer novo período de concessão, haveria a renovação das concessões dessas três usinas por mais 20 anos.

A assinatura desse contrato, nesses termos, teve o propósito de dar segurança jurídica aos investidores que aportavam recursos na Companhia. No entanto, o Governo Federal está quebrando o contrato e criou mecanismos e justificativas alheias aos propósitos originais para não o cumprir. Com isso, explicitou uma insegurança jurídica e um descompromisso regulatório sem precedentes no setor elétrico, tanto para empresas brasileiras quanto aos investidores internacionais. Ante a posição intransigente do Governo Federal, não restou à Cemig outro caminho senão o da Justiça.

A Cemig não espera nem mais nem menos do que merece, quer apenas o que é justo. Cumpriu com sua parte no contrato, fazendo os investimentos necessários, operando as usinas de forma exemplar, e cumprindo todos os requisitos legais, regulatórios e contratuais para fazer jus à renovação das concessões. Agora espera que o Governo Federal também honre a parte dele, respeitando o contrato e, por consequência, renovando a concessão das Usinas de São Simão, Miranda e Jaguará.

Retirar da Cemig esse direito significa reduzir em quase 50% sua capacidade de geração – incluindo nesse cálculo a Usina de Volta Grande, com concessão também vencida – limitando drasticamente a possibilidade de investimentos da empresa. A consequência direta será a desestabilização econômica de uma Companhia fundada por iniciativa de Juscelino Kubitschek, há 65 anos, e que se tornou um motor de desenvolvimento para Minas Gerais e para o Brasil.

Mas a Cemig continuará lutando para garantir os seus direitos e conta com o apoio das lideranças da sociedade civil, das associações de classe e da população em geral. A continuidade da judicialização desse processo certamente acarretará ainda mais prejuízos aos cofres públicos, sobretudo porque ameaça o sucesso do Leilão marcado pelo Governo Federal para setembro.

A Cemig tem prestado excelentes serviços ao país nos últimos 65 anos, investiu na ampliação do sistema elétrico que atende aos brasileiros e se modernizou com o apoio de investidores de todo o mundo, que confiam na capacidade dos mineiros, na estabilidade

regulatória e no cumprimento dos contratos vigentes do país. A Cemig está preparada para continuar a operar e manter as Usinas de São Simão, Miranda, Jaguará e Volta Grande, garantindo o bom desempenho e a segurança operacional de usinas que são fundamentais para o sistema elétrico e para o desenvolvimento do país.

O propósito desta carta é clamar ao Governo Federal, em nome dos cidadãos de Minas Gerais unidos em defesa das usinas da Cemig, que respeite os contratos assinados e busque um acordo para a renovação das concessões. Estamos confiantes de que o bom senso e a justiça prevalecerão!

C